Autismo na Lei



Novos Direitos, Mais Inclusão!

Silvana Barros

Inclusão de Crianças com TEA no Rol de PCD's: Conquistas Legais e Avanços na Inclusão Social

Inclusão de Crianças com TEA no Rol de PCD's

Conquistas Legais e Avanços na Inclusão Social

Nos últimos anos, houve importantes mudanças no ordenamento jurídico brasileiro em relação às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). A principal conquista foi a inclusão das crianças com TEA no rol das Pessoas com Deficiência (PCD's), garantindo a elas direitos fundamentais que impulsionam sua qualidade de vida, tratamento e inclusão social.

O que diz a lei?

O que diz a lei?

A Lei nº 12.764/2012, conhecida como Lei Berenice Piana, foi o marco inicial que reconheceu os direitos das pessoas com TEA, classificando o transtorno como uma deficiência, para fins legais. Essa mudança abriu portas para uma série de benefícios antes exclusivos de outras deficiências. Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) reforçou ainda mais esses direitos, promovendo igualdade de oportunidades e combate à discriminação.

Acesso prioritário à saúde:

As crianças com TEA passaram a ter prioridade no atendimento médico e acesso a tratamentos especializados, incluindo terapias multidisciplinares como fonoaudiologia, psicologia e terapia ocupacional.

Educação inclusiva:

A legislação assegura que escolas públicas e privadas devem oferecer atendimento educacional especializado, com profissionais qualificados e recursos de apoio que promovam a inclusão. Além disso, é proibida a cobrança adicional de taxas escolares para estudantes com TEA.

Benefícios sociais e previdenciários:

As famílias de crianças com TEA podem ter acesso a programas de benefícios sociais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), desde que atendam aos critérios socioeconômicos. Também há facilidades na obtenção de aposentadoria para os responsáveis que cuidam diretamente da criança.

Isenção de impostos:

Crianças com TEA podem se beneficiar da isenção de impostos na compra de veículos adaptados, caso apresentem dificuldades de mobilidade, e em alguns casos, isenção de Imposto de Renda.

Acompanhamento no ambiente escolar e profissional:

Garantia de presença de um acompanhante especializado em atividades escolares e recreativas, promovendo a inclusão em atividades sociais e educativas.

Avanços no tratamento e inclusão social:

Graças às mudanças legais, houve uma expansão dos centros de atendimento para crianças com TEA e maior qualificação dos profissionais da saúde e educação. A criação de políticas públicas voltadas à conscientização e inclusão também ajudou a diminuir o preconceito, promovendo uma sociedade mais acolhedora.

Além disso, a inclusão no rol de PCD's permitiu a ampliação de pesquisas científicas e investimentos em novas tecnologias de apoio ao desenvolvimento das crianças com autismo.

4

Conclusão:

Conclusão:

A inclusão das crianças com TEA como PCD's representa um avanço significativo no reconhecimento de seus direitos e necessidades. Embora ainda haja desafios, as conquistas já alcançadas mostram que estamos no caminho certo para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Este e-book visa não só informar, mas também inspirar pais, educadores e profissionais a continuar lutando por um futuro onde toda criança, independentemente de suas características, tenha o direito de ser plenamente incluída e respeitada.